



EDITORIAL: A GUERRA INTERIMPERIALISTA E A SITUAÇÃO BRASILEIRA ATUAL

O presente número da Revista **Trabalho&Educação** v.31, n.1 (2022), vem a público em um momento de profundo acirramento da crise capitalista em âmbito internacional e nacional.

O mundo acompanha atônito o retorno da Guerra na Europa. Esta, que se inicia formalmente em 24 de fevereiro de 2022, possui raízes históricas seculares e vem sendo preparada ao longo de décadas. A Guerra também possui razões mais atuais em torno do golpe de Estado na Ucrânia, ainda em 2014, como uma investida dos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União Europeia (EU) na expansão em direção ao leste europeu, colocando em xeque os acordos firmados com o fim da União Soviética, na década de 1990. A Guerra é resultado de um deslocamento do imperialismo estadunidense em direção à Europa do Leste, o que acirra a disputa de mercados com o imperialismo conduzido pela China e Rússia, ou seja, é uma Guerra interimperialista a qual a Classe Operária e os trabalhadores pobres devem ser contrários.

A complexidade do conflito não nos permite aprofundar sobre o tema neste editorial, no entanto, este evidencia a urgência da nossa quadra histórica, uma vez que vem à tona: a luta por uma nova divisão do mundo, tendo-se em vista a disputa por recursos naturais e energéticos e, conseqüentemente, por seus mercados e, ainda, o assombro da real possibilidade da extinção da vida humana na terra, como conseqüência da utilização do arsenal atômico desenvolvido pelas grandes potências imperialistas em uma eventual III Guerra Mundial. A Guerra interimperialista nos coloca diante da possibilidade da barbárie, demonstrando a capacidade destruidora da dinâmica do capital posta em movimento na dinâmica histórica do capitalismo. Urge a luta contra essa dinâmica como forma de barrar a barbárie humana.

Faz-se importante bradar que esta Guerra tem caráter eminentemente interimperialista e, portanto, não interessa à classe operária e aos trabalhadores pobres de qualquer um dos países envolvidos no conflito. O presente confronto nos chama a atenção para a necessidade de se extirpar, seja em âmbito internacional e nacional, as influências de natureza fascista e seguir em direção às possibilidades de superação do sistema capitalista, sem a qual, a classe operária e os trabalhadores pobres continuarão sendo explorados e vilipendiados pelo capital.

No Brasil, a crise que se instala a nível internacional se mostra ainda mais perversa. O número de desempregados explode. O aumento de preços é generalizado e vem assolando o poder de compra dos brasileiros. Apesar da influência do cenário internacional na economia doméstica, a realidade é que as próprias políticas de governo, totalmente voltadas para a satisfação dos interesses da burguesia nacional e internacional, tem contribuído sobremaneira para tal cenário.

A corrida pelo garimpo selvagem na Amazônia, tutelado pelo Estado e conduzido pelo governo brasileiro, vem intensificando o genocídio da população indígena. A educação pública brasileira, cada vez mais à mercê dos interesses capitalistas, vem sendo depredada pelas reformas mais recentes. A Reforma do Ensino Médio, iniciada com o

governo da Presidente Dilma, desenvolvida no governo Temer e implementada pelo governo Bolsonaro, tenderá a aguçar as desigualdades educacionais entre as classes e privará os jovens brasileiros de uma consciência de classe cada vez mais necessária. No que se refere ao campo do emprego, a “modernização” da legislação trabalhista, vem desarticulando os movimentos sindicais e colocando os trabalhadores, em particular os trabalhadores pobres, em desvantagens crescentes frente aos interesses da burguesia capitalista. Estas são apenas algumas palavras acerca da realidade brasileira atual.

No Brasil, 2022 é também o ano das eleições nacionais. No momento, estamos diante de uma encruzilhada: o aprofundamento do autoritarismo populista de extrema direita à moda brasileira, nas mãos de Bolsonaro, ou a alternativa de centro e centro direita, estando à frente Lula, para manutenção da democracia burguesa de conteúdo populista, tendo em vista garantir o projeto das classes dominantes para o Brasil. À Classe operária e aos trabalhadores pobres impõe a afirmação da luta pela alternância real de poder no Estado e no governo, tendo em vista a superação da dinâmica capitalista de miséria e exclusão de toda ordem. Nos resta uma única certeza, a revolução não será conquistada por meio do voto! Pregar “revolução passiva” é, no mínimo, assédio moral para com os trabalhadores pobres do nosso País.

Diante deste cenário, regado a sangue e disputa por poder, as discussões que colocam no centro o trabalho e a educação continuam cada vez mais necessárias e pertinentes. Atinentes ao importante dever a ser cumprido por meio da publicação científica, apresentamos este número da **Revista Trabalho&Educação** à leitura atenta e crítica das(os) leitoras(es) que nos lêem.

O artigo que abre este número é uma contribuição dos pesquisadores indianos Sumathi SRINIVASALU, e Manjubarkavi SELLADURAI, do Department of Anthropology, University of Madras: **“Occupational division and contemporary changes in India: case study of a traditional community and their alternative occupational-based social movement”**. Nesse artigo, as autoras tratam das divisões ocupacionais e das mudanças nas atividades dos trabalhadores na Índia. Procuram mostrar que, no caso indiano, essas mudanças devem ser compreendidas em termos socioculturais e não apenas socioeconômicos. É uma contribuição para a compreensão das mudanças contemporâneas e do movimento social nas ocupações tradicionais na Índia.

Na sequência, o artigo de Carlos Alberto VASCONCELOS, Diana Mendonça de CARVALHO e Wagner Sena dos SANTOS discorre sobre o **“Trabalho infantil na agricultura familiar de perímetros irrigados de Itabaiana/SE e reflexos na educação”**. Conforme apontado pelos autores “a história do trabalho infantil acompanha a trajetória do nosso país desde os tempos de Colônia, pois crianças descendentes de escravos negros e índios eram obrigadas a aumentar a mão de obra nas fazendas, na agricultura”. O desenrolar de um processo histórico de formação e estruturação do espaço agrário brasileiro, ocorrendo de forma desigual entre as regiões do país, possibilitou a formação de uma estrutura bimodal em que se torna possível a existência de agricultores empresariais, que se utilizam massivamente de insumos para incremento da produtividade agrícola, em consonância com o pequeno agricultor que “por não dispor de condições financeiras para contratar funcionários experientes, sente-se obrigado a se utilizar do trabalho infanto-juvenil de seus filhos como fonte de renda”. Os autores chamam a atenção para a urgência da erradicação do trabalho infantil na contemporaneidade e defendem: “é preciso que a sociedade, as empresas e o governo

promovam uma inclusão social motivada não pelas necessidades das crianças, mas, sim, pelos seus direitos”.

No artigo **“Intelecto Geral: origem e superação de um equívoco de Karl Marx”**, Rodrigo Moreno MARQUES apresenta uma importante contribuição acerca do papel do conhecimento coletivo, tratado por Marx enquanto “intelecto geral” nos *Grundrisse*, no trecho conhecido como *Fragmento sobre as máquinas*. Neste fragmento, o autor “adota o termo intelecto geral e faz algumas conjecturas sobre possíveis desdobramentos do progresso tecnológico e da automação industrial que emergia com a expansão da grande indústria”, sugerindo que esta contradição poderia abrir uma janela para a superação do modo de produção capitalista. Tendo como ponto de partida o intelecto geral, MARQUES tem como objetivos analisar a hipótese de Marx apresentada nos *Grundrisse*; discorrer sobre a origem da expressão “intelecto geral” no século XIX; e ainda, revelar a superação de Marx em anos posteriores, ao expor suas conclusões sobre o papel da ciência e da técnica nos processos de produção capitalistas. Neste sentido, este artigo pretende discorrer sobre a superação da hipótese inicial apresentada por Marx nos *Grundrisse*, em que o papel do conhecimento e da tecnologia deixam de ser encarados “como instrumentos de emancipação da classe trabalhadora e assumem um caráter alienado e estranhado”.

O texto de Tcheice Laís ZWIRTES, Camila LOPES e Jacinta Sidegum RENNERT, **“Covid-19: qualidade de vida no trabalho de técnicos de enfermagem em uma cidade do Rio Grande do Sul”**, nos brinda com uma importante discussão sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na qualidade de vida no trabalho, sob o ponto de vista dos técnicos de enfermagem que atuam em ambulatórios. A pesquisa foi realizada em “duas Unidades Básicas de Saúde e uma Unidade de Pronto Atendimento de uma cidade da Encosta da Serra no Rio Grande do Sul” nos meses de junho e setembro de 2020. O artigo nos revela as contradições existentes na realização do trabalho dos técnicos de enfermagem diante do novo contexto engendrado pela pandemia da Covid-19, a qual ao mesmo tempo que valorizou a atividade exercida pela categoria, também intensificou o “estresse e preocupação constante com a possibilidade de serem potenciais transmissores do vírus”.

Maria Edilene Araújo SILVA e Antonia Solange Pinheiro XEXEZ, em seu artigo sobre **“A precarização do trabalho dos licenciados em educação física: informalidade e o distanciamento do contexto escolar”**, averigua se a precarização do trabalho na Educação Física tende a distanciar os professores dos setores relacionados ao terreno pedagógico escolar. Com suporte nas transformações ocorridas na Educação Física e no mundo do trabalho, em que se percebem mudanças no status docente, na relação entre sociedade e Educação Física, bem como é notória uma precarização do trabalho em todos os setores deste locus do saber parcialmente ordenado. As autoras nos informam que nos achados, percebeu-se, de maneira geral, que os licenciados estão buscando setores laborais fora do contexto escolar por motivos associados a melhores salários e afinidade com a área da saúde-fitness. Constatou-se que os professores, em sua maioria, tendem a escolher a escola como local de trabalho, unicamente por fatores ligados à estabilidade financeira.

Marlon Freitas de CAMPOS, e Moacir Fernando VIEGAS, em seu artigo **“Sofrimento no trabalho e estratégias dos professores contra o adoecimento psíquico”**, discutem o prazer e o sofrimento no trabalho, destacando, em especial, as estratégias de defesa e de enfrentamento desenvolvidas pelas professoras para atenuar o

sofrimento. Segundo os autores, tendo como base estudo realizado com docentes da rede pública estadual que trabalham em uma cidade de porte médio da região sul do estado do Rio Grande do Sul, o artigo se justifica pela necessidade de ampliação e aprofundamento de pesquisas que busquem compreender os mecanismos mobilizados pelos trabalhadores para suportar e enfrentar os efeitos degradantes do trabalho em sua saúde mental. Apoiado na teoria da Psicodinâmica do Trabalho e na perspectiva histórico-crítica da educação, o estudo centrou-se nos mecanismos mentais ou comportamentais, conscientes ou inconscientes, que, frente às características do trabalho produtoras de sofrimento, denotam a participação ativa dos sujeitos na defesa da preservação de sua saúde mental e sua luta contra a descompensação psíquica.

Já o artigo **“Pesquisas empíricas na abordagem ergológica no Brasil no período de 1980 a 2018”**, de Larissa Prato SANTOS e Maria Luiza Gava SCHMIDT, apresenta os resultados de pesquisa bibliográfica em bases de dados científicas sobre a abordagem ergológica no Brasil no período entre 1980 e 2018. Segundo apresentam as autoras, a ergologia, abordagem que surge na França na década de 1980 em decorrência das transformações no mundo do trabalho, traz em seu bojo um “novo olhar para a compreensão das relações entre trabalho e da atividade humana”. A partir dos resultados desta pesquisa SANTOS e SCHMIDT corroboram a existência da inserção da abordagem ergológica “entre os pesquisadores brasileiros como um método de ampla utilização pelos centros e grupos de pesquisa de diferentes instituições” e capaz de fazer emergir importantes questões em torno das relações entre subjetividade e atividades de trabalho.

Em **“O ensino de empreendedorismo nos cursos técnicos de um Instituto Federal: dualidades e oportunidades”**, Normelena Diniz de OLIVEIRA; Edson Antunes QUARESMA JUNIOR e Bruna Mendes OLIVEIRA apresentam um estudo que tem como foco central “compreender de que forma o ensino de empreendedorismo está sendo abordado nos cursos técnicos concomitantes e subsequentes ofertados presencialmente por um instituto federal da Região Sudeste do Brasil”. A discussão sobre este tema se torna pertinente uma vez que “a educação profissional e tecnológica é tensionada a ultrapassar um treinamento operacional e economicista, na direção de saberes práticos fundamentados em conhecimento científico e tecnológico e em competências gerais mais consistentes, abarcadoras também dos elementos humano, social e ecológico”. A partir de uma abordagem descritiva, com base em análise documental dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos analisados, os autores evidenciam o descolamento entre a necessidade do tratamento de questões sociais, humanas e ambientais frente à prevalência do viés empresarial e financeiro nestes cursos.

O artigo **“Gestor educacional: você sabe o que influencia as escolhas profissionais de seus alunos?”** de autoria de Jacques André GRINGS, Naira KAIESKI e Carlos Fernando JUNG, traz à luz importantes reflexões em torno dos fatores preponderantes que norteiam as escolhas profissionais dos concluintes do Ensino Médio (EM). Conforme apresentam GRINGS, KAIESKI e JUNG, dado que uma das atribuições da escola é formar o aluno para a vida adulta, compreender os fatores que são determinantes para a tomada de decisão profissional se torna uma tarefa de grande importância no âmbito escolar. Neste sentido, os autores buscaram compreender o que “pensam os Gestores Escolares a respeito da escolha profissional dos concluintes do EM da região do Paranhana, RS”. Seria a família e a condição socioeconômica fatores decisivos para as escolhas profissionais, ou falaria mais alto a realização pessoal e as perspectivas de

atuação no mercado de trabalho? Estaria o entendimento dos gestores educacionais alinhados à perspectiva dos alunos e com a literatura alusiva ao tema? Poderia a escola facilitar o processo de escolha profissional, assumindo o papel de protagonismo e referencial para os jovens, auxiliando-os a fazerem suas escolhas de maneira consciente e responsável?

Por fim, mas igualmente relevantes, em nossa seção de **RESUMOS** convidamos as(os) leitoras(es) a conhecerem algumas pesquisas de doutorado e mestrado, realizadas no campo do trabalho e educação, publicadas na atualidade.

Abrindo esta seção, Mislene Aparecida Gonçalves ROSA em sua tese de doutorado **“Competências do feminino? Normas, saberes e valores no ofício de costureiras”**, propôs responder a seguinte pergunta: "em que medida os saberes constituídos pelas mulheres no âmbito do trabalho reprodutivo, são mobilizados nas relações de trabalho produtivo apontando aspectos da dinâmica entre estes, por meio da análise das competências evidenciadas em situações de trabalho".

Em seguida, tem-se o resumo da dissertação de mestrado de Maria Fernanda Lopes de FREITAS, intitulada **“A transformação do trabalho do professor: coanálise das atividades docentes durante a pandemia covid-19 através da clínica da atividade”**, a qual possibilitou demonstrar “a ocorrência de adaptações e substituições na organização do trabalho após a suspensão das aulas presenciais, de maneira a transformar a atividade docente durante o ensino remoto pandêmico”.

Em **“Projetos de vida e aspirações profissionais de jovens egressas do curso técnico do CEFET-MG”**, Glória Cristina Pereira Gomides GOMES objetivou “compreender se e como tais projetos são influenciados pela divisão do trabalho entre os sexos e seus desdobramentos, as motivações e os desafios enfrentados pelas estudantes e suas expectativas em relação ao mundo do trabalho”.

Finalmente, a pesquisa de mestrado **“A lei de cotas no ensino superior sob a luz do institucionalismo: processo decisório de uma universidade mineira”** de Fernanda Costa SILVA, consistiu em “compreender os fatores que influenciaram o processo decisório de uma universidade mineira na implementação da Lei de Cotas”.

Após este breve aperitivo dos textos publicados neste número, desejamos a todas(os) as(os) leitoras(es) uma boa leitura!

Hormindo Pereira de Souza Júnior¹

Uyara de Salles Gomide²

¹ Professor Titular de Política e Gestão da Educação – Faculdade de Educação da UFMG. <https://orcid.org/0000-0001-9411-6802>.

² Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG), Mestra em Economia pela Universidade Federal do Ceará (CAEN/UFC), Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa (DEE/UFV). Pesquisadora do Observatório Nacional do Sistema Prisional (ONASP/UFMG). <https://orcid.org/0000-0002-7918-9031>.